

Pamplona



Relatório Anual **2014**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	13
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	25
DIRETORIA EXECUTIVA	25
CONTADOR	25
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
BALANÇO SOCIAL ANUAL 2014	27
UNIDADES FABRIS/FILIAIS	28

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia com o parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Mensagem da Administração

O ano de 2014 foi marcante para a Pamplona Alimentos S.A. pelos desafios, oportunidades, realizações e conquistas alcançadas por meio da execução consistente de seus planos e da sua estratégia, que viabilizaram o seu crescimento e desenvolvimento com bons resultados operacionais e financeiros.

Com foco na geração de valor, aprimorando a gestão e vigilante aos princípios da Governança Corporativa a Pamplona Alimentos S.A. prossegue na expansão do seu negócio, destacando-se em 2014:

- Investimentos no ativo imobilizado R\$ 66,6 milhões (R\$ 11,9 milhões em 2013);
- Ampliação da linha de produtos industrializados que proporcionou o crescimento em volume de 14,6% e ROB de 29,5% em relação a 2013;
- Aumento de 24,9% da ROB (R\$ 946,3 milhões em 2014), com destaque as exportações que perfizeram US\$ 178,6 milhões (US\$ 141,6 milhões em 2013);
- Aumento do EBITDA no período para R\$ 120 milhões (13,9% da Receita Operacional Líquida - ROL), (5,5% da ROL em 2013);
- Lucro Líquido de R\$ 65,6 milhões em 2014 (7,5% da ROL), R\$ 7,9 milhões em 2013 (1,1% da ROL), atingiu patamares recordes.

Reconhecemos que estes resultados foram possíveis devido à força de nossas marcas, a preferência dos nossos clientes pelos nossos produtos, fruto da qualidade reconhecida aos mesmos e ao nosso modelo de distribuição focado no médio varejo.

Os investimentos foram realizados em todas as unidades industriais levando em consideração: o crescimento por escala, a diferenciação tecnológica, a modernização das instalações existentes e os ganhos de produtividade. Destaca-se o túnel de congelamento na unidade de Presidente Getúlio (concluído em novembro de 2014), que vai propiciar o aumento dos abatimentos e redução de gastos fixos.

Implantamos novas tecnologias no manejo de suínos, tais como: 1. "wean to finish" - consiste na eliminação de uma fase na produção de suínos chamada de creche, ou seja, os animais seguem na mesma granja, direto do desmame até a fase final de terminação/abate. 2. Sistema de biossegurança e inseminação intrauterina, que melhoraram a performance zootécnica (conversão alimentar, mortalidade e GPD), elevando o peso de abate e a redução dos custos de produção.

Aprimoramos a gestão de recursos, capturando no curto prazo economias de custos e despesas operacionais, com a execução do Orçamento Matricial, este alinhado e envolvendo todos os gestores/lideranças das diversas áreas.

A geração consistente de caixa permitiu a redução do índice de endividamento líquido sobre o EBITDA de 4,1 vezes ao final de 2013 para 0,9 vezes ao final de 2014, e consequentemente a redução dos encargos financeiros deste endividamento para patamares inferiores aos dos anos anteriores.

Destaca-se também a ampliação das disponibilidades financeiras que representavam no final de 2014, 65,9% do endividamento bancário de curto prazo (12,2% em 2013).

No ano de 2015 com uma visão de longo prazo a Pamplona Alimentos S.A., atenta às tendências, continuará com seus esforços de ampliação de vendas em áreas onde detém pequena participação de mercado, além de prosseguir fortalecendo sua posição em áreas onde detém participações relevantes.

Além disso, a Pamplona Alimentos S.A. intensificará a sua gestão na melhoria contínua de processos, produtos e de produtividade, visando melhorar a sua eficiência operacional.

Os investimentos em expansão e modernização em 2015 deverão continuar, destacando-se a conclusão da implantação em Rio do Sul de uma nova fábrica de produtos industrializados, que ampliará a capacidade de produção de produtos embutidos em 11.000 toneladas ano. A sua conclusão está prevista para o final do primeiro semestre de 2015.

Informamos que serão submetidas à deliberação da AGO/E, prevista para o dia 23 de Abril de 2015, as seguintes propostas:

- Destinação dos lucros acumulados do exercício de 2014, sendo:
 - Ratificação e homologação da distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 4,2 milhões, esta aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de Outubro de 2014;
 - Distribuição de dividendos complementares no valor de R\$ 11,4 milhões;
 - Constituição de reserva legal no valor de R\$ 3,3 milhões;
 - Constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 50,2 milhões;
- Aumento de capital com subscrição de ações no valor de R\$ 8,9 milhões.

Mercado e Desempenho do Setor de Carnes Suínas

A suinocultura em 2014

O ano foi excelente para a suinocultura brasileira. O cenário político do Leste Europeu, com consequente imposição de sanções econômico-comerciais pela União Européia e Estados Unidos e os problemas sanitários em importantes "players", provocaram

Relatório da Administração

redução da oferta e aumento nos preços.

Segundo dados da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), os volumes exportados ficaram um pouco abaixo de 2013, 494 mil toneladas (-4,5%). Em compensação, o preço médio das exportações performaram USD 3.215 por tonelada (+22,4%). Já os custos de produção mantiveram-se estáveis, resultando em margens operacionais elevadas.

De acordo com a revista Anuário 2015 da Suinocultura Industrial: "Nem mesmo o suinocultor mais otimista poderia prever um ano tão bom. 2014 foi um ano redentor para a suinocultura brasileira (...). O suinocultor pode enfim reequilibrar suas contas e investir novamente no seu negócio".

"O alinhamento inédito de diferentes variáveis criou esse ambiente favorável. O equilíbrio da produção brasileira e a limitada oferta de animais elevaram as cotações do suíno. A redução dos custos de produção - sustentada por boas safras e pela queda na demanda mundial por *commodities* agrícolas - deram alívio aos produtores, ao mesmo tempo em que aumentaram suas margens de lucratividade. Os preços recordes no setor de bovinos (tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil) também deram respaldo à suinocultura. Com o mercado doméstico firme, os altos preços da carne bovina favoreceram o consumo de carne suína".

"No *front* externo os ventos também sopraram a favor. E como. A ocorrência de problemas sanitários em importantes produtores globais de carne suína - como a Diarreia Epidêmica dos Suínos (PED) nos Estados Unidos e a Peste Suína Africana (PSA) na Europa - reduziu a oferta mundial do produto e turbinou seus preços. Já as sanções econômico-comerciais impostas à Rússia pela União Europeia e Estados Unidos - por conta da crise geopolítica que o país enfrenta com a Ucrânia - jogou a demanda russa por carnes, que não é pequena, no colo do Brasil. Neste ano, a Rússia assume novamente o posto de maior cliente da carne suína brasileira, fechando ao ano com importações de cerca de 200 mil toneladas da carne suína brasileira."

Perspectivas para 2015

Segundo o site CarneTec: "As perspectivas para a carne suína brasileira em 2015 são positivas, principalmente em relação às exportações. Existe a possibilidade de abertura de novos mercados como México, Coreia do Sul e Colômbia, além da oportunidade de consolidação em outros pouco explorados, como o Japão. Com o cenário global oportuno e o crescimento da demanda interna, a produção nacional deve apresentar um crescimento de 3,5%, previu o Rabobank. No mercado doméstico, a expectativa é de que o crescimento no consumo de processados e de cortes especiais seja maior do que o de carne *in natura*, o que favorecerá as empresas com foco em produtos de maior valor agregado."

Já a revista Anuário 2015 da Suinocultura Industrial, comenta que: "No campo internacional a projeção é de estabilidade. O avanço gradual em mercados importantes, como o do Japão e o da China, e a reabertura do mercado da África do Sul devem permitir ao País exportar um pouco mais em 2015. Igualmente, as primeiras remessas de carne suína *in natura* para o mercado norte-americano podem ajudar na abertura de mercados desejados pela indústria brasileira, como o da Coreia do Sul e o México.

(...) podemos esperar a manutenção de custos historicamente baixos, já que há expectativas de boas safras de soja no Brasil e outros países produtores, o que deve aumentar a oferta de farelo. O milho também tende a ser negociado em valores inferiores à média de 2013, considerando as boas perspectivas em relação à safra norte-americana do grão."

Mercado Interno

"O ano de 2015 tende a ser marcado por um aumento da oferta de carne suína no Brasil. As estimativas do Rabobank mostram uma expectativa de aumento do rebanho, que viria como resultado da melhora das margens observadas em 2014 (...).

(...) a tendência é que o consumo de carne *in natura* cresça levemente em 2015 diante do aumento da disponibilidade interna. O consumo de processados e pratos prontos também tende a seguir crescendo diante do aumento da procura por alimentos práticos e/ou de rápido preparo." Fonte: Revista Anuário'2015 da Suinocultura Industrial.

Exportações

"As projeções do Rabobank para 2015 indicam um cenário global de oferta ainda restrita de carne suína, notadamente no primeiro semestre, em decorrência dos impactos relacionados ao vírus PED, além da desaceleração no crescimento da oferta chinesa e europeia. (...)

No mercado Chinês, a mesma dinâmica observada em 2014 deve permanecer em 2015, quando é esperado um aumento na produção de apenas 1,5% de acordo com a USDA. Com isso, a China deve apresentar um novo aumento nas importações, chegando a marca de um milhão de toneladas.

As exportações brasileiras para a Rússia devem continuar a crescer, considerando que o país ainda deve continuar a impor o embargo às carnes dos Estados Unidos e Europa, ao menos no primeiro semestre do ano - levando em conta, também que o embargo russo prejudica principalmente o mercado europeu que deverá continuar complicado em 2015.

Há uma expectativa positiva quanto aos Estados Unidos, com tendência apontando para uma recuperação parcial, da produção 2015 em relação a 2014, retornando aos patamares de 2013. Os produtores serão incentivados a aumentar a produção pela margem que o mercado de carne suína registrou no ano. O risco mais evidente que poderá atrapalhar o desempenho norte-americano e assombrar as boas expectativas seriam os possíveis desdobramentos do vírus PED na América do Norte.

Se, de um lado, a oferta não tende a crescer significativamente, de outro, há uma expectativa de aceleração da demanda em 2015, considerando não só o crescimento econômico global, como a restrita disponibilidade de carne bovina, que deve direcionar a demanda para as carnes suína e de frango.

Relatório da Administração

Nas vendas internacionais, a expectativa é que ela se acelere em 2015 cerca de 10%, como resultado da redução da produção dos países afetados pelo vírus PED, o embargo russo às carnes de exportadores concorrentes do Brasil - o que deve elevar a exportação brasileira para a Rússia - e, por fim, a depreciação do real." Fonte: Revista Anuário'2015 da Suinocultura Industrial.

Desempenho Econômico-Financeiro

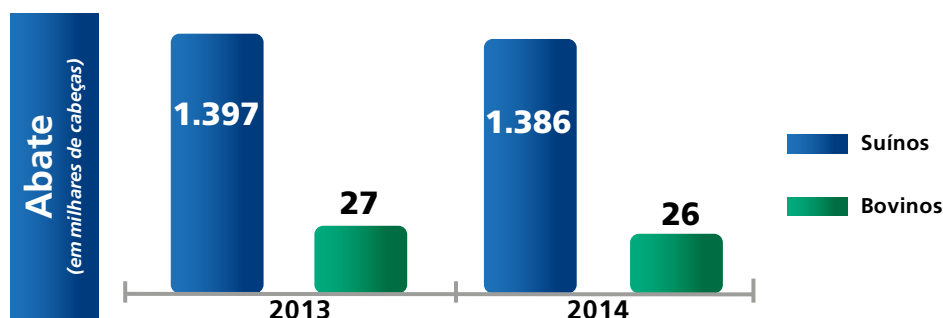
Informações Operacionais e Financeiras

Na tabela abaixo estão listados alguns indicadores de relevância para a gestão e análise do desempenho da Companhia em 2014.

DESTAQUES (HIGHLIGHTS) (em R\$ mil)			
INDICADORES ECONÔMICOS	2014	2013	Varição
Receita operacional bruta	946.343	757.441	24,9%
Mercado interno	529.301	449.987	17,6%
Mercado externo	417.042	307.454	35,6%
Receita operacional líquida	865.813	689.149	25,6%
Lucro bruto	202.734	99.617	103,5%
EBIT	110.960	29.130	280,9%
EBITDA	119.991	37.735	218,0%
Lucro (prejuízo) líquido	65.573	7.870	733,2%
MARGENS			
Margem bruta	23,4%	14,5%	8,9pp
Margem EBIT	12,8%	4,2%	8,6pp
Margem EBITDA	13,9%	5,5%	8,4pp
Margem líquida	7,6%	1,1%	6,5pp
INDICADORES FINANCEIROS			
Ativo total	641.930	530.904	20,9%
Patrimônio líquido	265.118	213.318	24,3%
Dívida líquida	106.820	152.909	-30,1%
Dívida líquida/PL	40,29%	71,68%	-31,4pp
Dívida líquida/EBITDA	0,9 x	4,1 x	-3,2 x
Investimentos (CAPEX)	66.567	11.889	459,9%
Nº de funcionários	1.898	1.709	11,1%
Receita Líquida por funcionário	456	403	13,2%

Produção (Plano de Abates)

Em 2014 a Pamplona Alimentos S.A., a exemplo dos anos anteriores, operou em plena capacidade. Foram abatidas 1.386 mil cabeças de suínos mantendo os níveis de 2013. Já o plano de abates de bovinos atingiu 26 mil cabeças, em face da limitação do plantel no estado de Santa Catarina e as baixas margens de comercialização.



Relatório da Administração

Desempenho Operacional

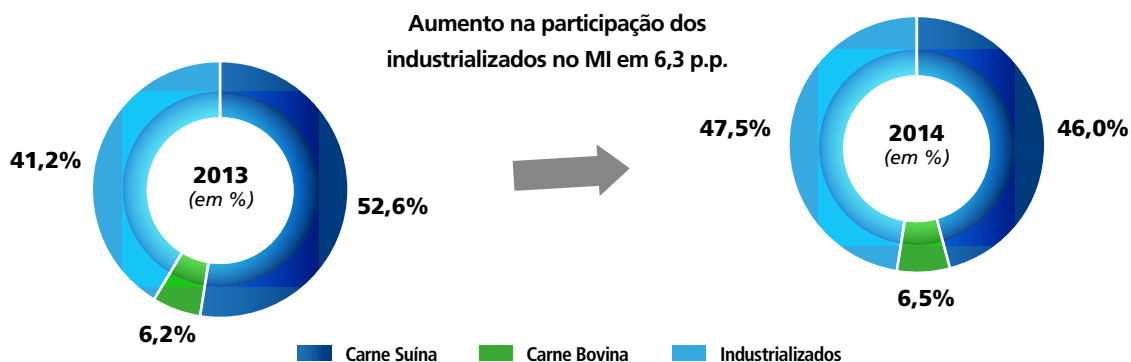
O ano de 2014 ficará marcado na história da Pamplona Alimentos S.A. pelo excepcional desempenho operacional, onde destacaram-se:

- **Mercado Interno:** 1. O crescimento consistente tanto da produção como das vendas dos produtos industrializados (presuntos, salames, fatiados e suínos temperados), com a melhora do "market share", estes direcionados para o varejo e "food service" na região sudeste, com a abertura de novas filiais. 2. Aumento de preços da carne suína, no segundo e terceiro trimestre, impulsionada pelas exportações.
- **Mercado externo:** 1. Maior demanda (Rússia) em razão dos embargos, contribuindo para a melhora da margem. 2. Oferta mundial de carne suína reduzida, consequência dos problemas sanitários nos USA e Canadá, favorecendo as exportações brasileiras. 3. Consolidação da parceria firmada com o mercado japonês.
- **Gastos:** 1. Manutenção dos preços de grãos (soja e milho), impactando positivamente em nosso desempenho. 2. Implantação da gestão de gastos matriciais, possibilitando um melhor controle e previsibilidade dos gastos operacionais.
- **Câmbio:** Depreciação do Real frente ao dólar americano e elevação dos preços em dólar.

Vendas Físicas

123.862 toneladas vendidas em 2014, levemente abaixo de 2013 (0,57%). Entretanto, destaca-se a melhoria do mix de produtos vendidos, com o crescimento de 14,65% dos industrializados, participando de 27,71% do total das vendas contra 24,03% em 2013.

PRODUTOS (em Ton)	2014			2013		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Carne Suína	32.538	51.301	83.839	37.216	51.370	88.586
Carne Bovina	4.620	1.084	5.704	4.412	1.636	6.048
Industrializados	33.543	776	34.319	29.129	804	29.933
TOTAL GERAL	70.701	53.161	123.862	70.757	53.810	124.567



Receita Operacional Bruta (ROB)

R\$ 946.343 mil em ROB (+24,94%). Os produtos industrializados mantiveram o ritmo acelerado de crescimento (como já acontecera em 2013), sendo que a receita cresceu 30,52% no mercado interno. No mercado externo, refletindo o aumento de demanda dos mercados e apreciação do dólar, obtivemos um incremento de 36,56% comparando-se a 2013.

Receita Operacional Bruta - por produtos e mercados (em R\$ mil).

PRODUTOS	2014			2013		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Carne Suína	198.315	404.708	603.023	192.407	289.534	481.941
Carne Bovina	47.017	9.611	56.628	38.424	14.120	52.544
Industrializados	278.642	2.723	281.365	213.493	3.800	217.293
Outros	5.327	-	5.327	5.663	-	5.663
TOTAL GERAL	529.301	417.042	946.343	449.987	307.454	757.441



Relatório da Administração

Resultado Bruto e Margens

Em 2014, dobramos o nosso Lucro Bruto, totalizando R\$ 202.734 mil (R\$ 99.617 mil em 2013). Esta substancial melhora é fruto de nossa estratégia de migração de produtos *in natura* para industrializados, a ótima performance das exportações e ao rígido controle dos nossos gastos. A margem bruta atingiu 23,4%, 8,9 p.p. superior a 2013.

Despesas Operacionais

Despesas com Vendas: Em termos relativos, tivemos uma leve alta em nossas despesas com vendas, 8,91% da ROL, ante 8,56% no ano de 2013. No absoluto, totalizaram R\$ 77.124 mil (R\$ 58.975 mil em 2013). Este incremento é oriundo de despesas com comissões e descontos concedidos ao mercado externo.

Despesas Administrativas: Obtivemos uma leve melhora relativa das administrativas sobre a ROL, 1,79% em 2013 para 1,71% em 2014. Totalizaram o valor de R\$ 14.821 mil em 2014, contra R\$ 12.302 mil no ano anterior. O crescimento das despesas administrativas deveu-se ao aumento de salários e ordenados, honorários da diretoria e provisão para honorários advocatícios.

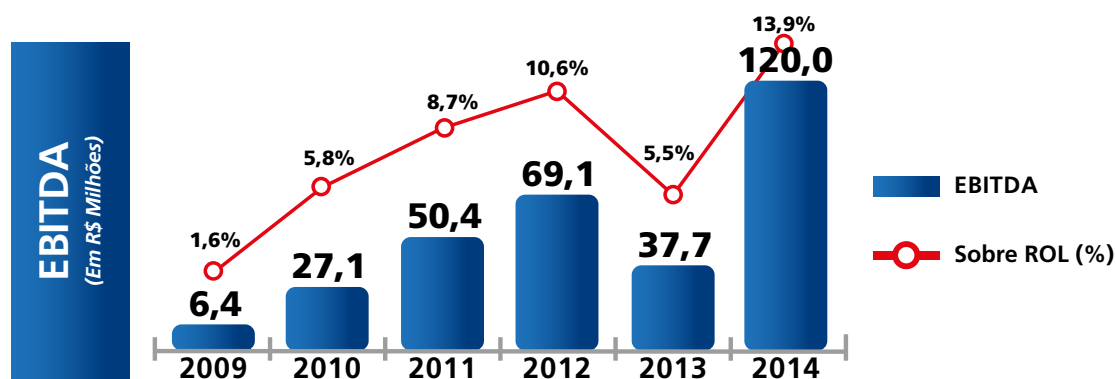
Resultado Financeiro Líquido

Registramos em 2014 um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 12.748 mil, contra R\$ 19.342 mil em 2013, que corresponderam a 1,47% e 2,81% sobre a ROL, respectivamente. Este resultado reflete a readequação dos spreads bancários, a maior participação de linhas de custeio agrícola e captação de financiamentos para investimentos com perfil de longo prazo.

EBITDA e Margem EBITDA

Em 2014, o EBITDA (lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos e depreciações) atingiu o histórico patamar de R\$ 119.991 mil, crescimento de 218% quando comparado a 2013. A margem EBITDA teve um ganho de 8,4 p.p., passando de 5,5% em 2013 para 13,9% da ROL em 2014.

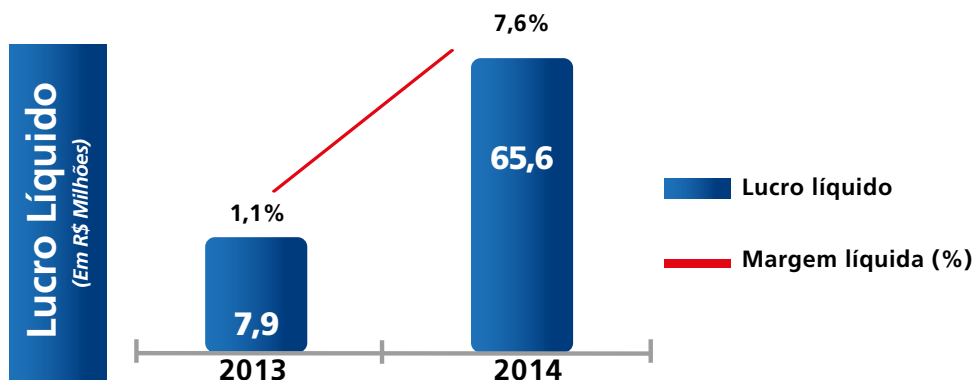
	2014	2013
Lucro Líquido	65.573	7.870
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido	32.639	1.918
Resultado Financeiro Líquido	12.748	19.342
Depreciação e Amortização	9.031	8.605
(=) EBITDA	119.991	37.735
Margem EBITDA (%ROL)	13,9%	5,5%



Relatório da Administração

Lucro Líquido

O resultado do excelente ano vivido pela Pamplona Alimentos S.A., se reflete no Lucro Líquido do período. Em 2014 a empresa registrou um resultado líquido de R\$ 65.573 mil, um crescimento de 733,2% comparado a 2013, correspondendo a 7,6% da ROL, 6,5 p.p. superior a 2013.



Investimentos

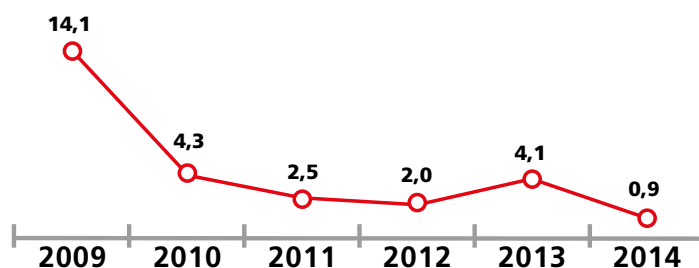
A Pamplona Alimentos S.A. investiu em 2014 R\$ 66.567 mil, ante uma depreciação de R\$ 9.031 mil, assim distribuídos: R\$ 61.902 mil na atualização tecnológica do parque fabril e investimentos em uma nova indústria de produtos industrializados; R\$ 1.783 mil em terrenos com a finalidade de expansão do parque fabril; R\$ 1.538 mil na adequação de prédios funcionais e granjas; R\$ 1.000 mil em investimento na tecnologia da informação; R\$ 288 mil empregados na aquisição de veículos, e R\$ 56 mil em melhoramentos nos Centros de Distribuição.

Disponibilidade e Endividamento

A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras) da Pamplona Alimentos S.A. totalizava R\$ 106.820 mil em 31 de dezembro de 2014, dos quais 36,35% eram de curto prazo (R\$ 38.829 mil) e 63,65% de longo prazo (R\$ 67.991 mil). A redução de R\$ 46.089 mil na dívida líquida em relação a 2013 deveu-se principalmente pela geração de caixa. As disponibilidades em 2014 totalizavam R\$ 75.124 mil, representando 65,93% do endividamento bancário de curto prazo.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2014			2013		
	CP	LP	TOTAL	CP	LP	TOTAL
Moeda Nacional	55.664	67.991	123.655	116.374	10.666	127.040
Moeda Estrangeira	58.289	-	58.289	45.537	-	45.537
(-) Disponibilidades	(75.124)	-	(75.124)	(17.031)	-	(17.031)
(-) Aplicações Financeiras	-	-	-	(2.637)	-	(2.637)
TOTAL GERAL	38.829	67.991	106.820	142.243	10.666	152.909

Dívida Líquida s/EBITDA





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

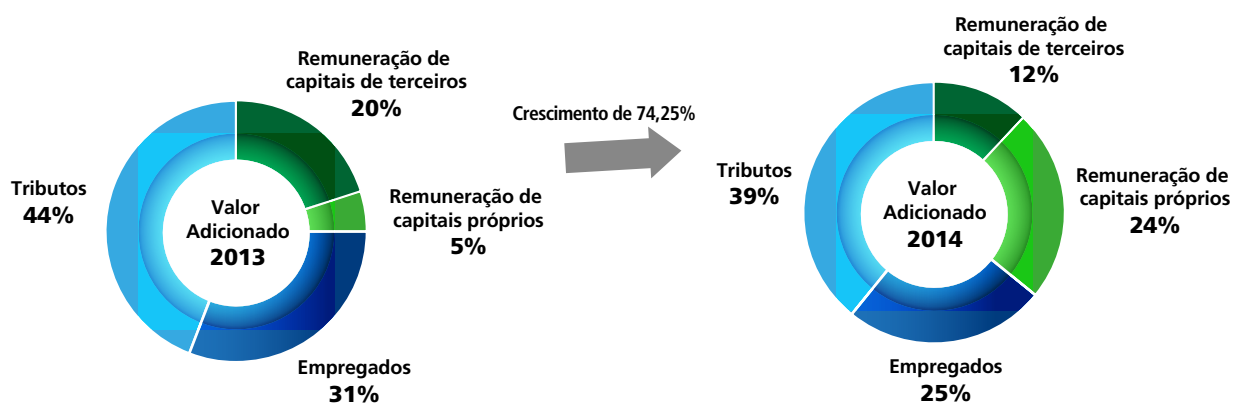
Relatório da Administração

Distribuição de Riquezas

Em 2014, a Pamplona Alimentos S.A. gerou um valor adicionado de R\$ 272.355 mil, 74,25% superior ao ano de 2013, esse valor foi resultante das receitas de produtos e serviços, líquidos de descontos concedidos, no montante de R\$ 932.449 mil, deduzidos dos custos de R\$ 660.094 mil relativos a insumos, serviços de terceiros, depreciações e amortizações e receitas financeiras. A Distribuição do Valor Adicionado em 2014 teve um aumento de 733,20% na remuneração dos capitais próprios, de 56,11% nos tributos, 39,13% na participação dos empregados e 3,90% na remuneração de capitais de terceiros.

Distribuição do Valor Adicionado - (em R\$ mil)

	2014	2013
Empregados	66.683	47.926
Tributos	106.678	68.334
Remuneração de Capitais de Terceiros	33.421	32.168
Remuneração de Capitais Próprios	65.573	7.870
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	272.355	156.298



Sustentabilidade

Na Pamplona Alimentos S.A., a responsabilidade socioambiental é a adoção de práticas em benefício da sociedade e do meio ambiente, em prol de uma melhor qualidade de vida das pessoas.

A Pamplona Alimentos S.A. preocupa-se em desenvolver-se de forma sustentável, aliando programas de gestão com tecnologias que minimizem ao máximo os impactos ambientais da atividade.

Acreditamos que os negócios devam ser concretizados levando-se em conta o equilíbrio entre os fatores ambientais, sociais e econômicos e os resultados da empresa reflita esse equilíbrio.

Gestão de Pessoas

A Pamplona Alimentos S.A. em sintonia com os valores éticos e morais, mantém políticas e práticas de gestão que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores, preocupando-se com sua saúde, bem-estar, segurança e desenvolvimento pessoal e profissional.

Atualmente, a gestão de pessoas ocupa uma posição fundamental no planejamento estratégico da organização, sendo responsável em atrair, capacitar, desenvolver, motivar e reter os talentos, visando diminuir a rotatividade.

Também destaca-se a continuidade de programas, que motivam toda a Companhia na busca da excelência, na qualidade, na produtividade e na inovação, recompensando-os com parte deste resultado.

Procurando alinhar os anseios e necessidades do capital humano com as metas e valores da organização, no ano de 2014 foram desenvolvidos e implantados o PPR (Plano de Participação nos Resultados) e o BIP (Boas Ideias Pamplona), este voltado a inovação.

A Companhia desenvolve ainda, uma política de segurança no ambiente de trabalho voltada a todos os seus colaboradores, realizando eventos específicos e implementando procedimentos preventivos com a pretensão de obter zero acidentes em suas unidades.



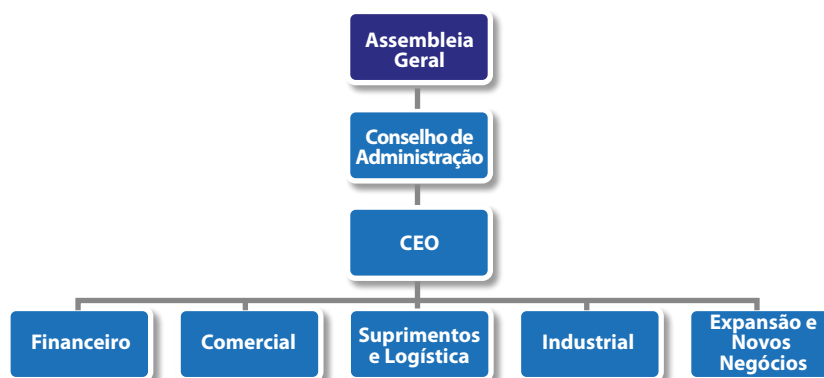
www.pamplona.com.br



Governança Corporativa

A Pamplona Alimentos S.A. está comprometida em adotar as melhores práticas de governança corporativa com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que seu objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

O Conselho de Administração é composto por sete membros efetivos, sendo quatro independentes e possuem mandatos unificados de dois anos. É responsável pelo estabelecimento de políticas estratégicas gerais e de metas, além da definição de políticas comerciais gerais, eleger diretores e fiscalizar as suas gestões.



Audidores Independentes

O auditor independente da Companhia é a KPMG Auditores Independentes, empresa contratada no início de 2008, tendo sido selecionada pela diretoria para realizar os serviços de auditoria externa relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras. Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que esta empresa de auditoria não prestou, em 2013 e 2014 quaisquer serviços não relacionados à auditoria externa.

Agradecimentos

A Pamplona Alimentos S.A. agradece a confiança e o apoio de seus clientes, acionistas, colaboradores, integrados, instituições financeiras e fornecedores.

A Administração

Rio do Sul, 17 de março de 2015

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.124	17.031
Aplicações financeiras	5	–	2.637
Contas a receber de clientes	6	84.553	82.707
Estoques	7	36.807	28.879
Ativos biológicos	8	87.111	76.556
Impostos a recuperar	10	50.434	68.116
Outras contas a receber		3.611	3.535
		337.640	279.461
Não circulante			
Depósitos judiciais	9	3.024	2.553
Impostos a recuperar	10	20.214	20.196
Outros créditos a receber		701	1.083
Ativos biológicos	8	18.162	17.228
Propriedades para investimentos		2.229	5.934
Imobilizado	12	256.821	201.384
Intangível		3.139	3.065
		304.290	251.443
Total do ativo		641.930	530.904
Passivo			
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	13	113.953	161.911
Fornecedores		87.432	63.251
Salários, encargos e contribuições sociais		12.575	8.159
Obrigações tributárias		3.437	4.092
Comissões a pagar		3.484	1.270
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	15	12.574	1.800
Outras contas a pagar		6.122	4.485
		239.577	244.968
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	13	67.991	10.666
Provisão para contingências	9	33.533	33.257
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	11	32.527	26.708
Obrigações tributárias		493	–
Outras contas a pagar		2.691	1.987
		137.235	72.618
Patrimônio líquido			
Capital social	14.a	123.800	122.000
Ajuste de avaliação patrimonial	14.b	80.739	84.238
Reserva legal	14.c	4.911	1.632
Reservas de lucros	14.d	55.668	5.448
		265.118	213.318
Total do passivo e patrimônio líquido		641.930	530.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	17	865.813	689.149
Custo dos produtos vendidos	18	(663.079)	(589.532)
Lucro bruto		202.734	99.617
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	18	(77.124)	(58.975)
Administrativas e gerais	18	(14.821)	(12.302)
Outras receitas operacionais		171	790
Resultado antes do resultado financeiro		110.960	29.130
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	19.785	12.061
Despesas financeiras	19	(32.533)	(31.403)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		98.212	9.788
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	11	(28.712)	(4.696)
Diferido	11	(3.927)	2.778
Resultado do exercício		65.573	7.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Resultado do exercício	65.573	7.870
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	65.573	7.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2012		121.400	86.109	1.239	-	-	208.748
Integralização de capital		600	-	-	-	-	600
Realização do custo atribuído	14.b	-	(2.835)	-	-	2.835	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	14.b	-	964	-	-	(964)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	7.870	7.870
Constituição de reserva legal	14.c	-	-	393	-	(393)	-
Constituição de reserva de lucros	14.d	-	-	-	5.448	(5.448)	-
Juros sobre o capital próprio	15	-	-	-	-	(3.900)	(3.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		122.000	84.238	1.632	5.448	-	213.318
Integralização de capital		1.800	-	-	-	-	1.800
Realização do custo atribuído	14.b	-	(5.301)	-	-	5.301	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	14.b	-	1.802	-	-	(1.802)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	65.573	65.573
Constituição de reserva legal	14.c	-	-	3.279	-	(3.279)	-
Constituição de reserva de lucros	14.d	-	-	-	50.220	(50.220)	-
Dividendos	15	-	-	-	-	(11.373)	(11.373)
Juros sobre o capital próprio	15	-	-	-	-	(4.200)	(4.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		123.800	80.739	4.911	55.668	-	265.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	65.573	7.870
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	9.031	8.605
Impostos diferidos	5.820	(2.778)
Resultado na venda de ativo imobilizado	1.741	1.007
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	276	9.074
Juros e variação cambial não realizadas	23.050	1.575
	105.491	25.353
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(1.846)	(7.818)
Estoques	(7.928)	(2.944)
Ativos biológicos	(11.489)	(5.348)
Impostos a recuperar	17.664	(22.286)
Outras contas a receber	306	1.710
Depósitos judiciais	(471)	(476)
Fornecedores	24.181	7.017
Contas a pagar e comissões	2.755	2.123
Obrigações tributárias	(162)	3.117
Salários, encargos e contribuições sociais	4.416	345
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	132.917	793
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento por vendas de ativo imobilizado	4.357	443
Aquisição de ativo imobilizado	(66.567)	(11.889)
Aquisição de intangível	(368)	(427)
Aumento investimentos	-	(550)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(62.578)	(12.423)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos por empréstimos	(18.234)	(15.788)
Empréstimos tomados	251.662	231.355
Pagamentos de empréstimos	(247.111)	(191.830)
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	2.637	1.627
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(3.000)	(3.900)
Aporte capital de acionistas	1.800	600
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(12.246)	22.064
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	58.093	10.434
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	17.031	6.597
No fim do exercício	75.124	17.031
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	58.093	10.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	932.147	741.906
Outras receitas	205	839
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	97	(78)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(516.659)	(456.791)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(154.202)	(133.057)
Valor adicionado bruto	261.588	152.819
Depreciação, amortização e exaustão	(9.031)	(8.605)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	252.557	144.214
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	19.785	12.061
Outras	13	23
Valor adicionado total a distribuir	272.355	156.298
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	60.947	42.866
Benefícios	1.178	1.030
FGTS	4.558	4.030
Tributos		
Federais	53.385	26.423
Estaduais	53.142	41.779
Municipais	151	132
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	32.535	31.404
Aluguéis	886	764
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	61.373	3.970
Juros sobre o capital próprio	4.200	3.900
Valor adicionado atribuído	272.355	156.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Pamplona Alimentos S.A., fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos e bovinos, no processamento e industrialização de seus derivados e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações e oito granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina, e opera duas unidades industriais terceirizadas, uma de embutidos e outra de cortes, em Estação e Tupanciretã, respectivamente, no estado do Rio Grande do Sul. Dispõe de doze centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, quatro em São Paulo, dois em Minas Gerais, dois no Rio de Janeiro, e os demais nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; no mercado externo desde 1995. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posicionam-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar à mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigorificadas, à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 17 de março de 2015.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 8 - Ativos biológicos; • Nota 9 - Depósitos judiciais e provisão para contingências; • Nota 11 - Impostos diferidos; • Nota 12 - Imobilizado.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

a. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Redução ao valor recuperável:

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem o seguinte ativo financeiro não derivativo:

Recebíveis: Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos que possuem liquidez imediata.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio, conforme definido em estatuto e legislação vigente, são reconhecidos como passivo.

d. Estoques: Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os estoques de produtos em processo e produtos acabados são avaliados pelo critério fiscal. O critério fiscal determina que o estoque de produtos acabados seja avaliado em 70% do maior valor de venda daqueles produtos, e o estoque de produtos em processo em 80% do valor do estoque de produtos acabados. O valor destes estoques, apurado por esse critério fiscal, não apresentou diferença significativa daquele que seria apurado pelo método de custo médio de produção, e não excede o seu valor de mercado na data do balanço.

e. Ativos biológicos: Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	25 - 50 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Propriedades para investimentos: Representado principalmente por propriedades mantidas para investimento, refere-se a propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

h. Ativos intangíveis: A Companhia possui software, marcas e patentes registrados como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização: Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

i. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Receita operacional: A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

m. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	90	105
Bancos	6.210	12.163
Numerários em trânsito	23.626	2.858
Aplicações financeiras	45.198	1.905
Total de caixa e equivalente de caixa	75.124	17.031

Referem-se as aplicações em certificado de depósito bancário com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5. Aplicações financeiras

Refere-se as aplicações em certificados de depósito bancário remuneradas com base na variação do CDI, vinculadas a contratos de financiamentos e empréstimos, as quais estão classificadas como mantidas até o vencimento.

6. Contas a receber de clientes

	2014	2013
No País	56.026	56.706
No Exterior	29.486	26.231
	85.512	82.937
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(133)	(230)
(-) Provisão para abatimentos em vendas para o mercado externo	(826)	-
	84.553	82.707

7. Estoques

	2014	2013
Produtos acabados	25.377	19.457
Produtos em elaboração	2.961	2.379
Matérias-primas	981	714
Estoques em poder de terceiros	1.062	984
Materiais secundários	3.918	2.846
Mercadorias para revenda	1.503	1.661
Almoxarifado	1.005	838
	36.807	28.879

8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são reconhecidos pelo valor justo e são compostos como demonstrado a seguir:

	2014	2013
Plantel de suínos vivos	104.273	92.872
Plantel de bovinos vivos	188	100
Florestas	812	812
	105.273	93.784
Ativo circulante	87.111	76.556
Ativo não circulante	18.162	17.228

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos, representados pelo plantel de suínos, a Companhia tomou como base os preços de mercado para a aquisição de suínos, praticados na região onde realiza as suas operações. As referências de preço de mercado foram ponderadas conforme o tipo de animal (matriz, leitão para engorda ou suíno adulto em fase de engorda), o peso e a idade dos animais ao longo do seu desenvolvimento tendo sido aplicadas aos animais conforme o peso estimado em cada uma de suas fases de desenvolvimento. O aumento no saldo do plantel de suínos vivos deve-se ao maior número de cabeças existentes em 31 de dezembro de 2014, a elevação do peso médio dos suínos alojados no campo e a maior valorização dos preços de mercado quando comparados com o ano anterior. São classificados no ativo não circulante os ativos biológicos, as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

9. Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2014	2013	2014	2013
Tributárias	2.895	2.084	20.257	28.787
Cíveis	3	347	2.492	2.840
Trabalhistas	126	122	10.784	1.630
Total	3.024	2.553	33.533	33.257

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos tributários, cíveis e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos. A movimentação da provisão para contingências nos exercícios de 2014 e 2013 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	680	21.134	2.369	24.183
Adições	1.012	7.653	471	9.136
Baixas	(62)	–	–	(62)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.630	28.787	2.840	33.257
Adições	9.154	3.069	580	12.803
Baixas	–	(11.599)	(928)	(12.527)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.784	20.257	2.492	33.533

Tributárias: Referem-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS.

Contingências possíveis: A Companhia não provisiona valores sobre contingências avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, como previsto nas práticas contábeis brasileiras. A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R\$ 63.089 (R\$ 44.430 em 2013), cuja opinião dos advogados é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência. Em 2014 a Pamplona aderiu ao parcelamento da Lei 12.996/2014, incluindo débitos de parcelamentos rompidos de PIS e COFINS, no montante de R\$ 5.436 usufruindo da redução de multa e juros no montante de R\$ 2.364 bem como utilizou prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.893. Neste parcelamento já houve pagamento de R\$ 241 e o restante será pago em 30 parcelas atualizadas pela Selic.

10. Impostos a recuperar

	2014	2013
ICMS	35.282	26.815
COFINS a recuperar	14.134	35.077
PIS a recuperar	4.107	8.918
IPI a recuperar	98	158
Antecipações de IRPJ	11.731	12.476
Antecipações de CSLL	5.296	4.868
	70.648	88.312
Circulante	50.434	68.116
Não circulante	20.214	20.196

ICMS: Em razão das exportações, a Companhia acumula créditos que são compensados com os débitos gerados com as vendas do mercado interno e podem ser usados para compra de matéria-prima através de processo de transferências a fornecedores ou a terceiros. O acréscimo dos créditos no ano de 2014 deveu-se pelo aumento das exportações. Com o aumento de produtos industrializados, mudança de *mix* de produção, que possuem uma tributação maior, e outras ações pontuais, fará com que estes créditos sejam monetizados nos próximos exercícios.

PIS e COFINS a recuperar: O PIS e COFINS a recuperar são procedentes de créditos das compras de insumos destinados à exportação, os quais deverão ser realizados por compensação com débitos tributários e por meio de pedido de restituição junto às autoridades fiscais. A redução dos créditos de PIS e COFINS em 2014, deveu-se pelas compensações com débitos de impostos federais e pela provisão para glosas fiscais nos montantes de R\$ 1.472 de PIS e R\$ 6.812 de COFINS.

Antecipações de IRPJ e CSLL: Referem-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações no recolhimento do imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

11. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2014	2013
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45	78
Provisão para contingências	10.109	11.307
Provisão para desconto no mercado externo	281	-
Provisão impostos indiretos a estornar	2.846	-
Provisão para comissões	970	253
Provisão variação cambial passiva	2.397	866
Prejuízos fiscais do imposto de renda	4.442	12.194
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	2.192	4.390
Outras diferenças temporárias	1.787	1.385
	25.069	30.473
Passivo		
Custo atribuído	(41.590)	(43.395)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(11.626)	(10.586)
Provisão variação cambial ativa	(766)	(130)
Provisão sobre reavaliação	(2.754)	(2.963)
Outras diferenças temporárias	(860)	(107)
	(57.596)	(57.181)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(32.527)	(26.708)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2014 nos seguintes exercícios:

	IRPJ	CSLL
2015	3.616	1.302
2016	826	890
	4.442	2.192

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucratividade fiscal futura. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2014	2013
Resultado antes dos impostos	98.212	9.788
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(33.392)	(3.328)
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(5.264)	(108)
Receitas não tributáveis	4.589	192
Juros sobre o capital próprio	1.428	1.326
Imposto de renda e contribuição social	(32.639)	(1.918)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(28.712)	(4.696)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(3.927)	2.778
	(32.639)	(1.918)
Alíquota efetiva	33%	20%

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação:

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos e compra para entrega futura	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	91.846	89.709	50.849	2.328	9.509	866	3.224	264	1.441	-	250.036
Adições	-	986	5.507	204	370	439	178	12	4.193	-	11.889
Transferência	34	1.218	712	17	1.369	-	3	-	(3.353)	-	-
Baixas	-	122	917	58	2	408	120	8	843	-	2.478
Saldos em 31 de dezembro de 2013	91.880	91.791	56.151	2.491	11.246	897	3.285	268	1.438	-	259.447
Adições	1.444	485	7.071	159	188	625	638	125	26.292	29.540	66.567
Transferência	-	1.108	7.173	-	242	-	-	-	(8.523)	-	-
Baixas	-	5	1.772	27	12	614	146	5	1.261	-	3.842
Saldos em 31 de dezembro de 2014	93.324	93.379	68.623	2.623	11.664	908	3.777	388	17.946	29.540	322.172
Movimentação da depreciação											
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	17.774	23.517	1.447	5.283	297	2.255	182	-	-	50.755
Depreciação no exercício	-	3.197	3.763	182	971	94	371	27	-	-	8.605
Baixa	-	76	969	52	2	76	115	7	-	-	1.297
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	20.895	26.311	1.577	6.252	315	2.511	202	-	-	58.063
Depreciação no exercício	-	3.301	3.980	195	1.133	88	305	29	-	-	9.031
Baixa	-	3	1.457	8	7	132	133	3	-	-	1.743
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	24.193	28.834	1.764	7.378	271	2.683	228	-	-	65.351
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2013	91.880	70.896	29.840	914	4.994	582	774	66	1.438	-	201.384
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2014	93.324	69.186	39.789	859	4.286	637	1.094	160	17.946	29.540	256.821

Taxa de depreciação 2% a 4% 2,5% a 20% 10% 10% 20% 20%

b. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade.

13. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2014	2013	
Capital de Giro	CCB + 1,00% a.a.	2014	R\$	-	1.876	
	4,50% a 9,50% a.a.	2020	R\$	46.685	32.982	
	100% CDI + 0,28% a 0,50% a.m.	2019	R\$	23.030	81.467	
	150% do CDI	2014	R\$	-	5.064	
	3,15% a 5,65% a.a. + variação cambial	2015	US\$	58.289	45.537	
Investimentos	Juros de 6,5 % a.a. e cesta de moedas	2022	R\$	6.243	-	
	CCB + Juros de 4,50% a.a.	2022	R\$	973	1.402	
	Juros de 2,50% a 6% a.a.	2024	R\$	46.724	3.864	
	Arrendamento mercantil	0,62% a 1,65% a.m.	2014	R\$	-	172
	Outros	TJLP + 1,72% a 3,65% a.a.	2014	R\$	-	213
				181.944	172.577	
Parcelas circulante				113.953	161.911	
Parcelas não circulante				67.991	10.666	



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2016	8.284
2017	11.072
2018	11.072
2019 - 2024	37.563
	67.991

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos, recebíveis, estoques e ativo biológico. A Companhia possui um empréstimo no montante de R\$ 18 milhões que possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia está cumprindo todas as obrigações ("covenants") relacionadas ao empréstimo.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social da Companhia está representado por 300.000 ações ordinárias sem valor nominal. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Em 22 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 1.800, sem aumento do número de ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se ao do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários.

c. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituída em 31 de dezembro de 2014 em consonância à norma legal o montante de R\$ 3.279.

d. Reservas de lucros: Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2014, o montante constituído de reserva de retenção de lucros de R\$ 50.220, destina-se para investimentos conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2015 e para capital de giro.

15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado. Foi destinado à conta de dividendos adicionais propostos o montante de R\$ 11.373, sendo correspondente a destinação do lucro líquido de 2014, a ser apresentado como proposta da Administração sujeito à deliberação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2015. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2014 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 4.200 (R\$ 3.900 em 2013), os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 798 (R\$ 741 em 2013) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio pagos aos quotistas.

16. Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento do risco financeiro: A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, a Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

b. Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

(ii) Investimentos

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	75.124	17.031
Aplicações financeiras	–	2.637
Contas a receber de clientes	84.553	82.707
	159.677	102.375

(iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

c. Risco cambial: A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a exposição cambial estava assim representada:

	2014		2013	
	Moeda estrangeira US\$	R\$	Moeda estrangeira US\$	R\$
Ativo				
Numerários em trânsito	8.895	23.626	1.219	2.858
Contas a receber	11.101	29.486	11.186	26.230
Passivo				
Empréstimos	(21.945)	(58.289)	(19.419)	(45.537)
Contas a Pagar	–	–	(17)	(39)
Exposição líquida	(1.949)	(5.177)	(7.031)	(16.488)

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. A exposição cambial em 31 de dezembro de 2014 ocorreu em face da não realização das exportações que estavam programadas para o mês de dezembro de 2014.

d. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

e. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

f. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

g. Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

h. Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

i. Valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	45.198	45.198	1.905	1.905
Numerários em trânsito	23.626	23.626	2.858	2.858
Custo amortizado				
Aplicações financeiras	–	–	2.637	2.637
Contas a receber de clientes	84.553	84.553	82.707	82.707
Empréstimos e financiamentos	181.944	181.944	172.577	172.577
Fornecedores	87.432	87.432	63.251	63.251

Os valores justos não refletem mudanças futuras na economia ou outras variáveis que passam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras**

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

- **Empréstimos e financiamentos**

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

17. Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	2014	2013
Receita operacional bruta		
Venda de produtos mercado interno	526.671	448.242
Venda de produtos mercado externo	417.042	307.454
Venda de mercadorias	2.630	1.745
	946.343	757.441
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(66.334)	(52.757)
Devoluções e abatimentos	(10.359)	(11.982)
Ajuste a valor presente	(3.837)	(3.553)
Receita operacional líquida	865.813	689.149

18. Despesas e custos por natureza e função

	2014	2013
Custos e despesas de vendas e administrativas		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	522.354	461.452
Despesas com pessoal	60.947	42.866
Depreciações e amortizações	9.031	8.605
FGTS	4.558	4.030
Benefícios a empregados	1.178	1.030
Despesas com energia elétrica	12.611	9.932
Outras receitas e despesas	144.345	132.894
Total	755.024	660.809
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	663.079	589.532
Vendas	77.124	58.975
Administrativas e gerais	14.821	12.302
	755.024	660.809

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

O aumento das despesas com vendas decorre pela maior participação no varejo, ocasionado pelo maior custo logístico e por descontos e comissões pagos sobre a exportação no ano de 2014.

19. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	2014	2013
Juros ativos	7.097	5.651
Variações monetárias ativas	182	330
Variações cambiais ativas	12.300	5.775
Outros	206	305
	19.785	12.061
Despesas financeiras	2014	2013
Juros passivos	(20.617)	(21.902)
Variações monetárias passivas	(1.357)	(6)
Variações cambiais passivas	(9.703)	(8.731)
Outros	(856)	(764)
	(32.533)	(31.403)
Resultado financeiro líquido	(12.748)	(19.342)

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona
Presidente

Irani Pamplona Peters
Conselheira

Elvio de Oliveira Flores
Conselheiro

Alidor Lueders
Vice-Presidente

Maria Teresa de Pena Bustamante
Conselheira

Milton Hobus
Conselheiro

Edina Pamplona
Conselheira

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters
Diretora Presidente

Sérgio Luiz de Souza
Diretor Financeiro

Adilor Ascari Bussolo
Diretor Industrial

Osmar Peters
Diretor de Suprimentos e Logística

Júlio César Franzói
Diretor Comercial

Valdecir Pamplona Junior
Diretor de Expansão e de Novos Negócios

Contador

Élvis Justen
CRC/SC - 028194/O-3



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Pamplona Alimentos S.A.

Rio do Sul - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a Auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 17 de março de 2015



**KPMG Auditores
Independentes**
CRC SC-000071/F-8

**Claudio Henrique
Damasceno Reis**
Contador CRC SC-024494/O-1



www.pamplona.com.br



Balanco Social Anual 2014

Empresa: PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
Receita Líquida (RL)			865.813			689.149
Resultado operacional (RO)			110.960			29.130
Folha de pagamento bruta (FPB)			74.385			55.820
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.116	1,50%	0,13%	891	1,60%	0,13%
Encargos sociais compulsórios	15.310	20,58%	1,77%	13.138	23,54%	1,91%
Saúde	75	0,10%	0,01%	43	0,08%	0,01%
Segurança e saúde no trabalho	993	1,33%	0,11%	905	1,62%	0,13%
Educação	53	0,07%	0,01%	46	0,08%	0,01%
Cultura	101	0,14%	0,01%	89	0,16%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	104	0,14%	0,01%	104	0,19%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	103	0,14%	0,01%	106	0,19%	0,02%
Auxílio Transporte	812	1,09%	0,09%	714	1,28%	0,10%
Auxílio Funeral	3	0,00%	0,00%	5	0,01%	0,00%
Seguro de Vida do Empregado	75	0,10%	0,01%	63	0,11%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	2.941	3,95%	0,34%	0	0,00%	0,00%
Outros	14	0,02%	0,00%	14	0,03%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	21.700	29,16%	2,50%	16.118	28,87%	2,34%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	25	0,02%	0,00%	22	0,08%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	25	0,02%	0,00%	22	0,08%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	93.475	84,24%	10,80%	55.639	191,00%	8,07%
Total - Indicadores sociais externos	93.500	84,26%	10,80%	55.661	191,08%	8,08%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.257	1,13%	0,15%	655	2,25%	0,10%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.257	1,13%	0,15%	655	2,25%	0,10%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014		2013			
Nº de empregados(as) ao final do período	1.898		1.709			
Nº de admissões durante o período	1.105		942			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	89		81			
Nº de estagiários(as)	9		11			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	314		291			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	722		661			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21%		18%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	411		221			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	21		28			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014		Metas 2015			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	29		28			
Número total de acidentes de trabalho	95		47			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 272.355		Em 2013: 156.298			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	39,17% governo	24,48% colaboradores(as)	43,72% governo	30,66% colaboradores(as)	1,54% acionistas	12,27% terceiros
		22,53% retido	2,50% acionistas	20,58% terceiros	2,54% retido	
7 - Outras Informações						



Unidades Fabris/Filiais

Unidades Industriais

Matriz

Rod. BR-470, KM 150, nº 13.891 - Bairro Pamplona - CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115
CNPJ Nº 85.782.878/0001-89 - CCICMS-SC. Nº 250.274.590
www.pamplona.com.br

Filiais

Presidente Getúlio - SC

Rua Curt Hering, nº 1796 - Bairro Centro
CEP 89150-000 - Presidente Getúlio - SC
Telefone: (47) 3352-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0024-75 - CCICMS-SC. Nº 251.794.350

Estação - RS

Rua Josino Monteiro, nº 2 - Sala 3 - Bairro Centro
CEP 99930-000 - Estação - RS
Telefone: (54) 3337-3300
CNPJ Nº 85.782.878/0003-40 - CCICMS-RS. Nº 272/0008707

Filiais de Distribuição

Itajaí - SC

Rod. Antonio Heil, nº 2205 - Bairro Itaipava
CEP 88316-001 - Itajaí - SC
Telefone: (47) 3346-9200
CNPJ Nº 85.782.878/0029-80 - CCICMS-SC. Nº 251.629.678

Lages - SC

Rua Humberto de Campos, nº 449 - Bairro Sagrado Coração de Jesus
CEP 88508-190 - Lages - SC
Telefone: (49) 3223-3599
CNPJ Nº 85.782.878/0015-84 - CCICMS-SC. Nº 250.902.028

Rio do Sul - SC

Rod. BR-470, KM 150, nº 13.891 - Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0013-12 - CCICMS-SC. Nº 250.810.760

Porto Alegre - RS

Av. Assis Brasil, nº 5156 - Sala 01 - Bairro Sarandi
CEP 91110-000 - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3344-0112
CNPJ Nº 85.782.878/0004-21 - CCICMS-RS. Nº 096/3347470

Colombo - PR

Estrada da Graciosa, nº 503 - Sala 5B - Bairro Atuba
CEP 83413-200 - Colombo - PR
Telefone: (41) 3351-4258
CNPJ Nº 85.782.878/0005-02 - CCICMS-PR. Nº 90515319-62

Araras - SP

Av. Guerino Turatti, nº 800 - Sala 07 - Bairro Distrito Industrial III
CEP 13062-101 - Araras - SP
Telefone: (19) 3321-2118
CNPJ Nº 85.782.878/0008-55 - CCICMS-SP. Nº 182.119.912.114

Barueri - SP

Av. Grimaldo Tolaini, nº 1084 - Galpão B - Sala 01 - Bairro Votupoca
CEP 06443-009 - Barueri - SP
Telefone: (11) 4162-3605
CNPJ Nº 85.782.878/0016-65 - CCICMS-SP. Nº 206.351.066.111

Filiais de Agropecuária

Rio do Sul - SC

Granja Santana
Estrada Cab. Rib. Itoupava, s/nº - Bairro Itoupava
CEP 89162-780 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 9144-3623
CNPJ Nº 85.782.878/0025-56 - CCICMS-SC. Nº 251.280.799

Laurentino - SC

Granja Amoadó
Estrada Geral, s/nº - Baixo Amoadó
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3546-1033
CNPJ Nº 85.782.878/0034-47 - CCICMS-SC. Nº 253.027.675

Laurentino - SC

Fomento
Rod. SC 302, KM 0, nº 4.370 - Bairro Ribeirão Basílio
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3182
CNPJ Nº 85.782.878/0002-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa
Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 8816-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0026-37 - CCICMS-SC. Nº 251.280.780

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa Creche
Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 8816-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0032-85 - CCICMS-SC. Nº 252.003.691

Laurentino - SC

Rod. SC-302, KM 0, nº 4.370 - Bairro Ribeirão Basílio
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3198
CNPJ Nº 85.782.878/0021-22 - CCICMS-SC. Nº 251.144.119

Tupanciretã - RS

Av. Padre Roque Gonzales, s/nº - Sala 17, Bairro Quadro do Frigorífico
CEP 98170-000 - Tupanciretã - RS
Telefone: (55) 3272-4663
CNPJ Nº 85.782.878/0007-74 - CCICMS-RS. Nº 151/0043796

Ribeirão Preto - SP

Rua Benedicta Rodrigues Domingos, nº 130 - Sala 08 - Bairro Jardim Lacerda
CEP 14095-050 - Ribeirão Preto - SP
Telefone: (16) 3434-1559
CNPJ Nº 85.782.878/0006-93 - CCICMS-SP. Nº 582.018.406.110

São José dos Campos - SP

Rua Pedro Luiz de Oliveira Costa, nº 1152 - Sala 02 - Bairro Jardim Limoeiro
CEP 12241-420 - São José dos Campos - SP
Telefone: (12) 3934-4277
CNPJ Nº 85.782.878/0014-01 - CCICMS-SP. Nº 645.656.053.111

Queimados - RJ

Av. Rio de Janeiro, nº 1782 - Sala 05 - Lote 10 - Quadra 09 - Bairro Campo Alegre
CEP 26373-270 - Queimados - RJ
Telefone: (21) 3352-6147
CNPJ Nº 85.782.878/0022-03 - CCICMS-RJ. Nº 86.787.750

Rio Bonito - RJ

Rua Arthur Antunes Quintanilha, nº 99 - Bloco 02 - Bairro Rio do Ouro
CEP 28800-000 - Rio Bonito - RJ
Telefone: (21) 2734-1133
CNPJ Nº 85.782.878/0010-70 - CCICMS-RJ. Nº 86.629.488

Pouso Alegre - MG

Rua Nova Lima, nº 80 - Bairro Aeroporto
CEP 37550-000 - Pouso Alegre - MG
Telefone: (35) 3423-9969
CNPJ Nº 85.782.878/0009-36 - CCICMS-MG. Nº 002160504.00-53

Ribeirão das Neves - MG

Rodovia BR 040, s/nº - KM 516 + 600m - Sala 206 - Bairro Vereda
CEP 33822-502 - Ribeirão das Neves - MG
Telefone: (31) 3048-3020
CNPJ Nº 85.782.878/0017-46 - CCICMS-MG. Nº 002160504.01-34

Rio do Oeste - SC

Granja Bonatti
Estrada Geral, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 9173-6492
CNPJ Nº 85.782.878/0033-66 - CCICMS-SC. Nº 252.454.693

Rio do Oeste - SC

Granja Dois Irmãos
Estrada Toca Grande, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 9189-2416
CNPJ Nº 85.782.878/0027-18 - CCICMS-SC. Nº 251.280.772

Rio do Oeste - SC

Granja Águas Verdes
Estrada Geral Águas Verdes, s/nº - Bairro Águas Verdes
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 8823-8645
CNPJ Nº 85.782.878/0028-07 - CCICMS-SC. Nº 251.321.614

Ituporanga - SC

Granja Rio Novo
Estrada Alto Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo
CEP 88400-000 - Ituporanga - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0030-13 - CCICMS-SC. Nº 252.003.870



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

Rod. BR 470, Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - Santa Catarina
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115